

PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PRIMAVERA II EM MIRANDÓPOLIS (SP)

RESISTANCE PRACTICES PEASANT IN SETTLEMENT PRIMAVERA II IN MIRANDÓPOLIS (SP)

Marco Aurélio da Silva Arlindo

Mestre em Geografia – UFMS/CPTL
m.marcoaurélio@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Prof.^a Dr.^a da UFMS/ Três Lagoas/MS
raaalm@gmail.com

Resumo

O mote da territorialização camponesa está em sua reprodução social, por isso, a luta pela terra, assim como as práticas de resistência, são fundamentais para o homem permanecer na terra. A partir deste entendimento, buscamos no trabalho analisar, em específico, as práticas de resistência camponesa frente à monopolização do território pelo capital; estas desenvolvidas no processo de luta para permanecer na terra. Analisamos este processo em uma pequena fração do território, sendo o *locus* da pesquisa o Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis (SP). No desenvolvimento do trabalho, realizamos análises bibliográficas e trabalho de campo. Na visita ao assentamento, utilizamos como caminho metodológico as fontes orais, pois compreendemos os camponeses assentados como sujeitos de suas próprias histórias. Assim, a pesquisa aponta para a existência camponesa, em particular do assentado, como processo permanente de luta. Logo, a luta camponesa para permanecer na terra, tem garantido sua reprodução social em Mirandópolis-SP.

Palavras-Chave: Campesinato. Práticas de resistência. Assentamento. Territorialização. Recriação camponesa.

Abstract

The territorialization peasant's motto is in her social reproduction, for that, the fight for the earth, as well as the resistance practices, they are fundamental for the man to stay in the earth. Starting from this understanding, we looked for in the work to analyze, in specific, the practices of resistance peasant front to the monopolization of the territory for the capital; these developed in the fight process to stay in the earth. We analyzed this process in a small fraction of the territory, being the *locus* of the research the settlement Primavera II, located in the municipal district of Mirandópolis (SP). In the development of the work, we accomplished bibliographical analyses and field work. In the visit to the establishment, we used as methodological road the oral sources, because we understood the peasants seated as subject of their own histories. Like this, the research appears for the existence peasant, in peculiar of the seated, as permanent process of fight. Therefore, the fight peasant to stay in the earth, it has been guaranteeing his/her social reproduction in Mirandópolis-SP.

keyword: Peasant. Resistance practices. Settlement. Territorialization. Recriação peasant.

Introdução

O capitalismo, em seu desenvolvimento contraditório, reproduz relações de produção tipicamente capitalistas (o trabalho assalariado, por exemplo), mas também, reproduz e subordina relações não-capitalistas de produção, no caso, o campesinato. A partir de Oliveira (2005), entendemos que o campesinato, no Brasil, nasce e se reproduz no processo contraditório do desenvolvimento capitalista. Logo, acreditamos na perpetuação do campesinato e não em seu desaparecimento. Sendo assim, é fundamental, ao analisar o campesinato no Brasil, considerar que “[...] o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Todavia, Almeida (2006), nos ensina a importância de considerarmos, no processo de recriação do campesinato, a luta histórica dos camponeses para entrar na terra, e nela permanecer. A autora enfatiza a luta como condição fundamental para a recriação do campesinato.

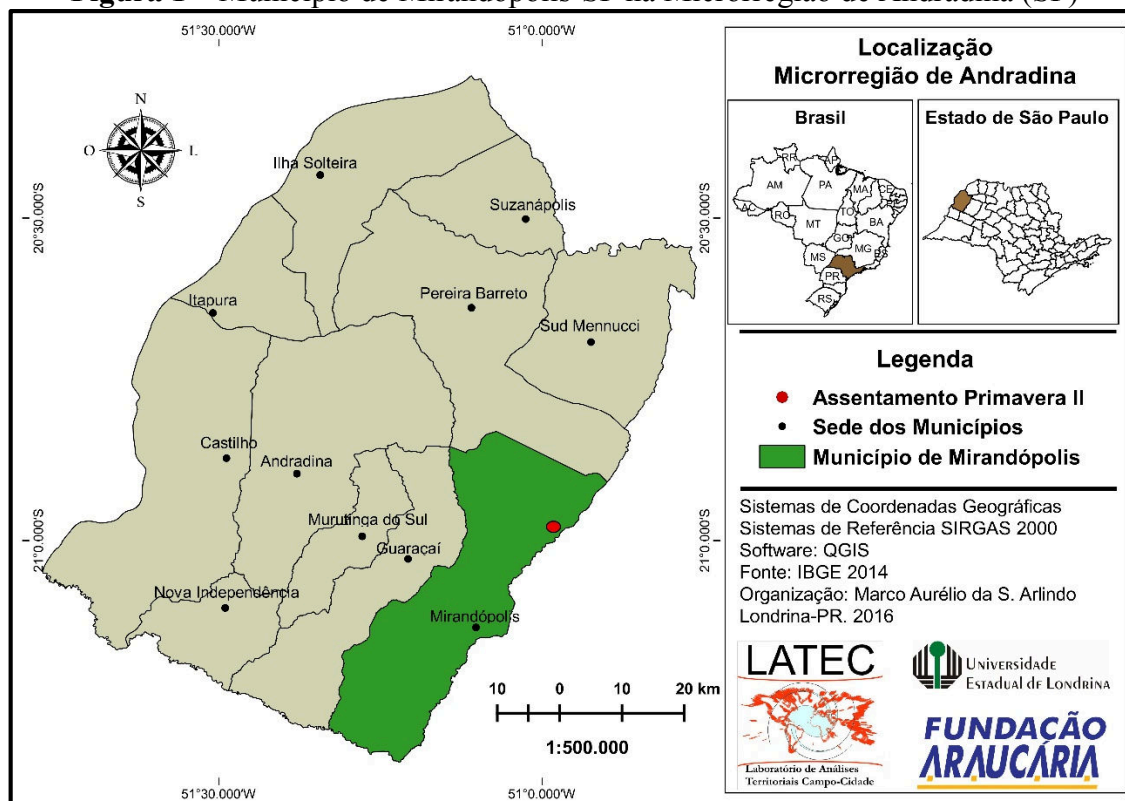
Na mesma perspectiva, Fabrini (2002), elucida que a luta travada contra esse modelo expropriatório atua para garantir a reprodução social do campesinato. Alicerçado nesses autores, entendemos que a luta pela terra, tanto para entrar quanto para permanecer, é prática importante de resistência camponesa. Cabe ressaltar, que a permanente luta camponesa pela terra é uma luta por sua territorialização efetiva. Com ela, o camponês apropria-se de uma fração do território capitalista, (re)produzindo seu modo de vida.

Nesse sentido, o trabalho analisa o processo de luta dos camponeses da reforma agrária, para permanecer na terra, esta instrumento de trabalho e morada da vida. Portanto, o trabalho pauta-se nos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Questão Agrária brasileira. Assim, para compreender o processo de resistência nas frações do território dominado pelos camponeses, a pesquisa teve como lócus alguns sítios do Assentamento Primavera II.

O Assentamento Primavera II divide-se em três núcleos, um deles localizado no município de Lavínia (SP) e, outros dois, no bairro rural Terceira Aliança, município de

Mirandópolis (SP) (Figura 1). O Assentamento Primavera II é composto por 105 famílias, entre os três núcleos: 27 famílias no núcleo 1; 30 famílias no núcleo 2; e 48 no núcleo 3. Os núcleos 1 e 2 situam-se no município de Mirandópolis (SP) e, o núcleo 3, no de Lavínia (SP). As famílias camponesas ficaram acampadas por 4 anos e 3 meses, no período de abril de 2003 a julho de 2007.

Figura 1 – Município de Mirandópolis-SP na Microrregião de Andradina (SP)



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), 2015.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis-SP e os próprios assentados, as terras do assentamento pertenciam à Fazenda Primavera, cujo dono era o Coronel Joaquim Franco de Mello. A fazenda Primavera conformava um território capitalista, desapropriado, contraditoriamente, pelo Estado, que, nesse processo, abriu possibilidade de transformação de território capitalista para território camponês, pois o campesinato domina uma fração do território capitalista, desenvolvendo seu modo de vida e criando sua territorialidade, resultado de suas relações sociais específicas.

Neste contexto, buscamos entender a luta camponesa numa pequena fração do território; em específicos, analisamos as práticas de resistência e organização camponesa frente à monopolização do território pelo capital, pois entendemos, que após a conquista

da terra, a luta é para permanecer na terra, fugindo das amarras da monopolização do capital.

A partir das concepções de Oliveira (2004 e 2012) e Martins (1981), entendemos que o sentido da monopolização do território está na sujeição da renda da terra ao capital, ocorrendo, principalmente, nas unidades de produção onde predomina as relações não-capitalistas de produção, setores onde a renda da terra é baixa. Desse modo, o capitalista extrai o sobre-trabalho do camponês contido em sua produção, objetivando acumular; logo, reproduzindo seu capital, sem necessariamente expropriar o camponês.

Para alcançar os objetivos, após as análises bibliográfica da temática, realizamos trabalhos de campo¹ no Assentamento Primavera II, onde visitamos 48 sítios; coletamos dados em associações e em sites do governo, como: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Entrevistamos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da região (MST).

No desenvolvimento da pesquisa, utilizamos também, como caminho metodológico no trabalho de campo as fontes orais², pois compreendemos os camponeses assentados como sujeitos de suas próprias histórias. Entendemos ser fundamental, na análise ouvir e registrar a voz dos protagonistas desse processo.

Práticas de resistência camponesa

Após a conquista da terra, em 2006, resultado da luta pela desapropriação da fazenda Primavera, e a divisão em lotes, em 2007, os camponeses assentados começaram uma nova luta, essa para permanecer na terra. No assentamento, a luta é para não ser expropriado; é luta contra o modelo agrário/agrícola dito “moderno”; lutam para escapar, parcialmente, da monopolização do território (OLIVEIRA, 2004; 2012), isto é, da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981). Logo, a luta busca a conquista da autonomia camponesa, eliminando os mecanismos de exploração e expropriação do capital (CARVALHO, 2014). Essa luta é permanente, e as dificuldades se apresentam de diversas maneiras, sendo facilmente compreendida nas falas dos assentados, expressando a luta cotidiana no assentamento. De acordo com uma entrevistada:

A luta não para, você entrou aqui dentro, você acha que a luta para? Não para, se a gente parar, para tudo. A luta da gente é complicada. O Padre

Renê sempre fala: companheiro a luta não para. E na realidade não para mesmo, é constante. É politicamente, é de todo o jeito. É muito difícil, porque quando a gente tem apoio é mais fácil. (Sra. S., Assentada, fev. 2014).

Por meio dessa luta permanente, explicitada na fala, os camponeses vão construindo seu território e, desse modo, ela não deve parar, pois, a ausência dela compromete sua territorialização e reprodução social. Para Almeida (2006), é insuficiente analisar a reprodução do campesinato somente pelo processo contraditório e desigual do capitalismo, deixando as lutas, utopias e conquistas, pois o processo não é mecânico. Na verdade, as lutas históricas pela terra têm possibilitado a (re)criação e territorialização camponesa. Nesse sentido, a autora elucida:

[...] a (re)criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela *terra de trabalho*. Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta. (ALMEIDA, 2006, p. 86).

Nesta mesma perspectiva, Fabrini (2002, p.19), aponta que a luta para entrar e permanecer na terra faz dos camponeses sujeitos políticos, logo, esse processo de enfrentamento garante sua existência no sistema capitalista. Mesmo sendo fruto do desenvolvimento contraditório do capital no campo, o camponês só garante a sua existência por meio da luta. Dessa forma, a luta travada contra esse modelo expropriatório atua para garantir sua reprodução social. Sobre o processo de luta e resistência, Fabrini enfatiza:

A existência dos camponeses está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência. (FABRINI, 2002, p. 44).

Compreendemos a luta travada pelos camponeses, no processo de construção do seu território, como prática fundamental de resistência, envolvendo sua reprodução social. Diante da luta, travada no território, os camponeses assentados desenvolvem práticas de resistência para garantir sua existência. Assim, a territorialização camponesa está relacionada a luta, nos diferentes espaços e momentos. Entendemos a luta camponesa como processo contínuo, pois, com a conquista da terra, novos embates surgem, logo, a luta no assentamento é para permanecer na terra. Nesse enfrentamento, formas de resistências são praticadas no processo de territorialização camponesa.

Segundo Fabrini (2008)³, existe uma luta e uma resistência camponesa “para além dos movimentos sociais”, considerando-se que, com a terra conquistada e a consequente formação dos assentamentos, os camponeses utilizam outras práticas de luta e resistência diferentes daquelas do momento de luta pela terra, período em que o movimento social é fundamental.

A partir da análise de Fabrini (2008, p. 239), entendemos que as práticas se manifestam no território e “se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista”. Para o autor, elas são construídas a partir do local, apresentando desdobramentos políticos, culturais e econômicos.

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se a ideia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana. (FABRINI, 2008, p.254/255).

O autor acrescenta que o “território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista” (2008, p. 258). Partindo dessas concepções, analisamos as práticas de resistência construídas no processo de territorialização camponesa, sendo elas utilizadas no enfrentamento ao territorialização e monopolização do território pelo capital. Portanto, o estudo da resistência camponesa permitiu apreensão de algumas práticas, estas intrínseca ao modo de vida camponês.

O modo de vida camponês como prática de resistência

Antes de analisar as práticas de resistência dos camponeses assentados, é importante esclarecer a nossa opção pelo termo *sítio* em vez de *lote*. Decidimos por esse termo por acreditarmos que o *sítio*, enquanto espaço, é produto do modo de vida camponês. Assim, *sítio*, que é morada da vida, expressa o modo de vida camponês, sendo a materialização de sua territorialização.

Woortmann (1990), ao analisar a campesinidade, isto é, a ordem moral do campesinato, explicou o termo *sítio*. Segundo o autor, esse termo apresenta três significados: a) “o *sítio* é um território de parentescos”; b) “*sítio* é resultado do trabalho, [...] lugar do trabalho por excelência”, ou seja, *sítio* é a *terra de trabalho* se opondo à *terra de negócio*; e, por fim:

[...] A palavra *sítio* designa, igualmente, o espaço de trabalho do *pai* e da reciprocidade deferida pai-filho no contexto da hierarquia familiar. Neste sentido, o *sítio* é o lugar ideal da terra de trabalho. Finalmente, em seu terceiro significado, *sítio* designa o espaço da *mãe* no contexto da complementaridade casa/roçado. (WOORTMANN, 1990, p.31).

Portanto, a nossa concepção de *sítio* pauta-se nas análises de Woortmann (1990), assim, decidimos nos valer desse termo por causa dos próprios camponeses assentados, pois, no trabalho de campo, foi recorrente ouvir, nos relatos, o termo *sítio*, ao invés do termo *lote*. Esse é o caso da Sra. F. (assentada, fev. 2014) que disse: “*Eu falo que o meu sítio hoje não tem dinheiro, não tem preço*”. Também é o caso do Senhor J. (assentado, jan. 2014): “*Mas com tudo assim, eu prefiro ficar no sítio aqui, é melhor do que rouba na cidade. Tem o rio aí. Aqui tem a liberdade, tem até paz de espírito aqui*”.

Entendemos, que o termo *sítio* é inerente ao modo de vida do campesinato. A nossa concepção de campesinato pauta-se nas contribuições de Teodor Shanin (2008, p37). Para autor, o campesinato é, sobretudo, um modo de vida, podendo ser considerado classe social quando os camponeses lutam por seus interesses. Antes de ser classe social específica, e isso depende das condições em que se encontra o campesinato, ele é um modo de vida.

Assim, entendemos que, além de um modo vida, o campesinato do Assentamento Primavera II é uma classe social, por terem lutado (e ainda lutam) por seus interesses; sendo fundamentais para a reprodução social de suas famílias. Contudo, cabe enfatizar

que o campesinato carrega uma duplicidade, sendo ele, ao mesmo tempo, trabalhador e proprietário de terra. Sobre essa especificidade camponesa, Almeida (2006, p. 84-85) explica:

[...] podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda uma relação não-capitalista. Aceitar tal assertiva implica trabalhar com a noção de formação socioeconômica na concepção marxista, que emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é o seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital, e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Nessa perspectiva, entendemos as várias práticas de resistência camponesa como desdobramentos do seu modo de vida, cuja lógica centra-se na tríade: terra, família e trabalho (ALMEIDA, 2006). Em outras palavras, defendemos a ideia do modo de vida camponês como principal fator de resistência, tendo como elementos fundamentais à sua reprodução, o *trabalho familiar* sobre a *terra*. Esses elementos relacionam-se e são intrínsecos ao modo de vida camponês. Porém, a ausência de um dos elementos compromete a reprodução da família camponesa.

De acordo com Shanin (2008), o trabalho familiar é o principal instrumento no processo de existência camponesa, o que torna a economia familiar importante no processo de reprodução do campesinato. Para o autor, a economia familiar é muito mais eficiente que as economias de mercado e a estatal. É, por isso, que os camponeses existem e resistem. No entanto, ambas as economias, a de mercado e a estatal, nutrem-se da economia familiar. Shanin (2008) ressaltou:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p.27).

Moura (1986) também considera o campesinato como modo de vida. Para a autora: “O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas” (MOURA, 1986, p. 54). O trabalho familiar, elemento fundamental do modo de vida camponês, foi evidenciado no trabalho empírico, mediante relatos dos próprios camponeses:

Aqui trabalha nós tudo, eu a muié e os moleques. Quando eu e a muié ta pra roça, eles estão fazendo coisa em casa, tratando de um porco, de uma galinha. Todo mundo trabalha, o menino busca a colheita, a menina limpa a casa, a muié já ta mais eu. Então quer dizer, todo mundo faz parte do trabalho. [...] Nós levanta muito cedo, nós dá conta. Eles ajuda a trabalhar, mas não no horário de escola, é depois do horário de escola deles. O horário de escola são horário de escola. Às vezes tem atividade pra fazer, hoje eu não posso porque tem atividade, ai eu tenho que respeitar as atividades deles. Porque eu não vou explorar, é quando dá. (W., Assentado, jan. 2014).

A fala enfatiza a importância dos membros da família no trabalho, no interior da unidade de produção camponesa. Refletindo sobre a fala, chama-nos a atenção a preocupação do patriarca da família com os estudos dos filhos, pois mesmo o trabalho sendo responsabilidade do grupo familiar, ele não pode atrapalhar o horário destinado às atividades da escola.

Outra questão importante, merecedora de destaque, é a divisão do trabalho no interior do sítio. Sabemos que cabe ao chefe de família a organização e o desempenho das atividades da lavoura e o trato com os animais de grande porte. Todavia, a mulher desempenha um papel fundamental na economia familiar. O trabalho infantil também está presente nas atividades domésticas, na manutenção do quintal, e também nas atividades agrícolas, principalmente nos momentos de colheita.

A relação da produção com o número de pessoas, na propriedade camponesa, revela a busca dos membros da família por um equilíbrio interno, evitando “*envolver mão-de-obra*”. Esse processo foi analisado e denominado por Chayanov de balanço entre trabalho-consumo (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Para Chayanov⁴ (1974), é impossível compreender a organização da unidade camponesa considerando apenas os aspectos econômicos. Segundo ele, é imprescindível levar em conta os aspectos subjetivos do campesinato. Outra questão importante, nessa análise, é o conceito de heterogeneidade do campesinato⁵. O autor “[...] admite a

heterogeneidade do campesinato e elege o balanço trabalho-consumo como o ponto nodal na definição do seu objeto de estudo” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

Segundo Chayanov (1974), dependendo do número de pessoas na unidade familiar camponesa, a produção ora se contrai, ora se amplia (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Esse processo do equilíbrio trabalho-consumo é inerente ao modo de vida camponês, e está presente nos sítios do Assentamento Primavera II, onde os assentados cultivam uma quantidade suficiente ao trabalho dos membros da família, evitando a utilização da mão-de-obra de pessoas externas ao sítio. Por outro lado, quando a produção foge ao equilíbrio da família, o pai se sujeita a contratar mão-de-obra externa ao sítio, mas não externa ao Assentamento. Cabe ressaltar que essa prática foi pouco mencionada nas conversas com os assentados.

Paulino e Almeida (2010) afirmaram ser possível compreender o balanço (equilíbrio) trabalho-consumo analisado por Chayanov:

Esse princípio básico de equilíbrio é reflexo, no entanto, de uma harmonia entre terra, força de trabalho e capital (situação ótima). Quando existe um desequilíbrio desses elementos, por exemplo, terra insuficiente, esse fator passa a ter função limitante no volume da atividade agrícola. Cabe, então, à mão de obra da família buscar ganhos externos, até em atividades não agrícolas, para assim, atingir o grau de satisfação das necessidades. No caso da falta de capital, a família camponesa a compensa com um aumento da exploração da força de trabalho, não gerando a diminuição do volume de atividade, mas sim uma mudança nas condições de trabalho. A busca pelo equilíbrio se fará à custa do bem-estar. (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p.34).

Dessa forma, entendemos a lógica camponesa partindo da família para a terra, sendo objetivo central o bem-estar da família. Para Woortmann (1990, p. 23): “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”.

Oliveira (1996), ao analisar o campesinato, agrupou os elementos da produção camponesa⁶ em dois grupos; o primeiro ligado à força de trabalho familiar, sendo: “[...] a presença da força de trabalho familiar característica básica e fundamental da produção camponesa” (OLIVEIRA, 1996, p. 56). O segundo relaciona-se aos meios de produção, principalmente à propriedade da terra.

Assim, além do trabalho familiar, a propriedade/posse da terra é fundamental para a existência e reprodução da classe camponesa. É dessa importância que deriva a luta pela

terra, no Brasil, tanto dos que foram expropriados, quanto daqueles que nunca tiveram acesso à terra. Nesse sentido, a compreensão da luta pela terra e para nela permanecer passa pelo entendimento de que a terra é fundamental para o campesinato reproduzir-se socialmente. A fala, a seguir, corrobora para o entendimento:

Tudo isso aqui pra mim, se torna importante, por isso, que eu dou valor, eu não quero destruir isso aqui. Se a minha família quiser, vai se tornar eterno, passar de filho pra neto, pra bisneto, pra que todos cuidem disso aqui. Vai chegar certos momentos, que quem tem terra tem, quem não tem não vai ter. Vai chegar um tempo em que as coisas vão se afunilando de certa maneira, que a terra passa ser ouro. A terra é ouro [...].

Até que Deus me mantenha sobre a terra, eu quero tirar proveito, mas com o meu suor. Eu não quero ficar tacando veneno em terra, não quero ficar fazendo adubo químico em cima de terra. Eu quero aprender a mexer com a terra, de modo que eu não venha prejudicar a terra. Eu não vejo vantagem nessas pessoas com bomba de veneno, de Roundup, pra baixo e pra cima, e depois acaba de passar veneno, tem que colocar adubo em cima. Porquê? Porque o veneno está matando a terra, e esquece que tá matando ele também, tá matando a natureza. São coisas que pra mim não é voltar a ser retroativo aos tempos dos nossos ancestrais. Não isso. É você ter um pouco mais de cuidado com a terra. Eu tenho que pensar que a minha filha gosta disso aqui. E se ela quiser tirar proveito da terra, eu vou deixar a terra boa pra ela. [...]. (Sr. L., Assentado jan. 2015).

Analisando a fala, fica evidente a importância da terra para o camponês e sua família. Revela-se, a preocupação do patriarca em preservar a terra que será passada para sua filha. Notamos, também, a preocupação do pai em deixar uma terra “*saudável*”, sem muitos danos causados pelo uso intensivo de agrotóxico⁷.

Outra lógica fundamental no modo de vida camponês revela-se na relação do homem com a natureza. Essa preocupação, do assentado com a terra, possibilita-nos compreender a percepção do camponês assentado como parte da natureza: “*Porque o veneno está matando a terra, e esquece que tá matando ele também, tá matando a natureza*”. Compreendemos essa relação harmoniosa do camponês com a natureza como fundamental em seu processo de reprodução.

À luz das contribuições de Woortmann (1990), e analisando a fala do Sr. L., entendemos que o camponês não vê a terra como simples instrumento de trabalho, mais sim, como patrimônio de sua família, onde o seu trabalho significa o próprio sustento.

Diante disso, notamos sua preocupação em preservar a terra, patrimônio da família. Nas palavras de Woortmann (1990), o camponês:

[...] não [...] vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não com natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p.12).

Diante dessa discussão, entendemos que a compreensão do modo de vida camponês passa pela tríade *Terra, Trabalho e Família*. Compreendemos, também, que as práticas de resistência camponesa, analisadas a seguir, são desdobramentos de seu modo de vida.

Produção camponesa no Assentamento Primavera II

Para o camponês, a terra carrega em seu bojo um intenso significado, sendo morada, lugar do trabalho e, também, de onde o camponês tira o sustento para alimentar sua família. Assim, a terra tem relação direta com a comida e, por isso, falar em terra é falar em comida, é remeter-se à vida.

Woortmann (1990) frisou a importância da comida na relação moral existente entre o campesinato. Logo, a comida para o camponês tem significado simbólico, inerente a terra, trabalho e família. Para o autor, “[...] Comida, trabalho e terra são, [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homes e deles com a natureza” (WOOTMANN, 1990, p. 37).

É a terra, por meio do trabalho camponês, que fornece a comida para a família. Ela é elemento central na produção e no consumo, realizado a partir do trabalho familiar camponês. A concepção da terra, para o camponês, é distinta da concepção de mercado; essa última considera a terra como mercadoria, cujo objetivo principal é o lucro. Nesse sentido:

É também a terra como fonte de comida, enquanto produção e consumo, que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação. (ALMEIDA, 2007, p.11).

Mesmo diante das dificuldades, os camponeses são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos que compõe a dieta básica consumida diariamente pelos brasileiros. A diversidade na produção camponesa é facilmente encontrada no *roçado* dos sítios do Assentamento Primavera II, podendo ser observada na fala dos camponeses assentados. Dona C. (assentada, fev. 2014) refere-se à roça, ao falar de sua produção: “*Sempre nós planta roça, sempre. A gente planta acerola, tem pé de limão, a gente tira o leite, e sempre tá surgindo, milho, pepino, vagem, quiabo, um pouquinho de cada coisa*”.

A expressão *roça* aparece frequentemente nas falas dos camponeses e, por isso, entendemos que essa importância se relaciona com o fato de a comida ser derivada da roça, ou seja, do *roçado*, como denomina Heredia (1979), ao analisar a organização interna das unidades de produção dos camponeses da Zona da Mata Pernambucana. Para Heredia (1979, p. 122): “É o *roçado* que fornece comida da casa, adquirindo a expressão comida um significado especial”. Sendo assim, a: “maior parte do *roçado* é dedicado ao cultivo dos produtos considerados fundamentais na dieta alimentar” (p. 123).

Segundo a autora, os cultivos que caracterizam o *roçado* são: milho, mandioca e feijão: “[...] A mandioca, o milho e o feijão são os cultivos que definem com a sua presença a existência do *roçado*” (HEREDIA, 1979, p. 50), porém, outros cultivos também são incorporados ao *roçado*.

Ao analisar a fala do Sr. C., observamos a presença do feijão, caracterizado por Heredia (1979), como produto de suma importância no *roçado*. Notamos, também, a presença de outros cultivos: “*Hoje eu produzo de tudo um pouco, um pouco, banana, feijão gurutuba, limão, jiló, abobrinha, quiabo, Então essa é a força*” (assentado, fev. 2014). Quando o assentado afirma: “*Então essa é a força*”, entendemos, ao refletir sobre a fala, que a diversidade na produção camponesa “*é a força*” no sítio, constituindo-se como uma prática de resistência, já que essa diversidade diminui a dependência do camponês para com o mercado.

A Figura 2 apresenta a diversidade da produção de alguns sítios do Assentamento Primavera II. Observamos a produção de Jiló (A), Urucum (B), Pimenta (C), Abóbora (D), Vagem (E), Berinjela (F).

Figura 2 – Produção de sítios no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Parte da produção destina-se ao consumo familiar, porém, é evidente a intenção de produzir certo excedente para venda. O dinheiro recebido pela venda da produção visa à obtenção de mercadorias não produzidas no sítio, isto é, constituem instrumentos para o auxílio no trabalho familiar, compra de produtos dos quais necessitam, assim como: remédios, materiais escolares para os filhos, etc. Essa prática se confirma na fala do Sr. C. (assentado, fev. 2014) [...] *Tudo é pro consumo próprio e pra venda também. “[...] No mercado nós só compra mesmo o arroz e o feijão, o óleo, o alho, essas coisas. Mas, legumes não, compra nada”*. Nessa perspectiva, compreendemos que:

[...] os produtos do *roçado* não cobrem todo o conjunto de bens reconhecidos socialmente necessários ao consumo familiar. Existem bens que se consomem mas que não são produzidos pelo pequeno produtor, como café, a carne, o açúcar, o sal, o querosene, etc.; todos esses produtos devem ser adquiridos de forma periódica e para sua aquisição é necessário a venda prévia dos produtos do *roçado*. Em consequência, os produtos do *roçado* são aqueles que, através de sua venda, permitem a compra desse tipo de bens”. (HEREDIA, 1979, p. 124).

Além do *roçado*, observamos, em alguns sítios, a presença da horta. A horta localiza-se no quintal, sendo de responsabilidade da mãe e dos filhos. O quintal também é o espaço do pomar, onde estão as árvores frutíferas, compondo parte dos alimentos consumidos pelos membros da família. Desse modo, as frutas se integram aos cultivos do

roçado no consumo interno, e na venda, principalmente, via Programa de Aquisição de Alimentos.

Aqui eu tenho a mexerica, a ponkan, a murigota, laranja pera, abiu, tenho manga de quatro qualidade, tenho mamão, tenho banana mais já acabou, tenho limão de três qualidade. Fora isso nós temos aqui outras variedades de frutas. Temos goiabinha do mato, goiaba normal, gabiobinha, açai, tem fruta do Norte, amora, bacupari, carambola que é o guaranazinho que passarinho gosta de mais. Adoro ter fruta pra passarinho comer. Nós temos aqui vários pés de carambola, vários de jabuticaba, de caju, framboesa, cajá, tem cajá-manga, tem seriguela, tem jaca, e outras arvores frutíferas pra passarinho. [...] Nós temos graviola, acerola, tem conde, atemoia, essas coisas ai. É tudo pra consumo. (Sr. L. Assentado, jan. 2015).

Notamos, na fala do Sr. L., a preocupação com os animais, como, por exemplo, os passarinhos, ao mencionar: “*é o guaranazinho que passarinho gosta demais*” e “*árvores frutíferas pra passarinho*”. Fato esse, que enfatiza a relação do camponês com a natureza. Na Figura 3, observamos as hortas encontradas em alguns sítios. Cabe salientar que a prática da produção de hortaliças não está presente em todos os sítios.

Figura 3 - Hortas no Assentamento Primavera II

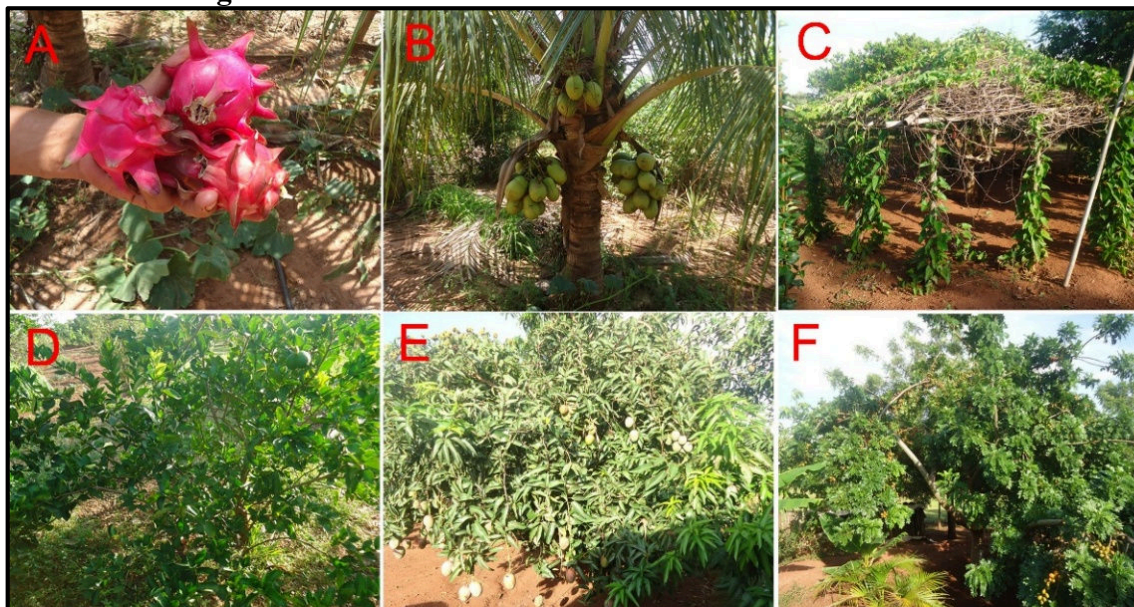


Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Mais adiante, a Figura 4 corresponde ao quintal de alguns sítios no assentamento, sendo possível observar as árvores frutíferas. A Figura 4 nos possibilita apreender a

variedade de plantas, árvores e frutas encontradas no quintal: pitaia (A), coqueiro (B), parreira de maracujá (C), limão (D), manga (E) e seriguela (F).

Figura 4 - Árvores frutíferas no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

A diversidade da produção camponesa vai além do *roçado*, o sítio do camponês não se restringe somente ao *roçado* e às árvores frutíferas do quintal. Além das plantações, eles também têm criações (Figura 5), destinadas ao próprio consumo, são eles: cabritos (A), gado (B), frango de corte (C), galinhas caipiras (D), porcos (E) e codornas (F).

Alguns assentados possuem vacas leiteiras das quais retiram o leite, parte dele para o consumo familiar e outra parte para a venda na cooperativa. Em alguns lotes, parte do leite também se destina à produção de queijo que, além de ser consumido, é vendido de forma direta, fato que exclui a sujeição da renda, contida nesse produto, ao atravessador.

Figura 5 – Criação de animais



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Essa diversificação existente no sítio camponês se revela na fala de Dona Conceição, evidenciando além da produção a presença do leite como fonte de renda:

Nós vivemos da renda do leite. Galinhas, porcos temos, mandioca, horta. Eu não compro verdura não, sempre tem pra mim comer em casa, não uso agrotóxicos, nada. Igual eu falo, o alimento sadio é aquele que você produz dentro da sua casa, porque você vê o que você tá usando. (Dona C., Assentada, fev. 2014).

Refletindo sobre a fala de Dona C., compreendemos a importância da policultura no processo de resistência camponesa, assim, quanto mais variedades de produtos existirem no sítio, menor a dependência em relação ao mercado.

A partir das contribuições de Heredia (1979, p. 139), entendemos que, em alguns sítios visitados, a criação de animais, como, o gado, a galinha, o porco, entre outros, subordina-se ao roçado. Assim, consideramos a existência dessas criações, no sítio, fundamental para a reprodução da família camponesa, garantindo a “reprodução de novos ciclos agrícolas”. Essa funcionalidade da criação, no sítio camponês, pode ser analisada na fala do Seu R. (assentado, jan. 2014). “*Nós temos os bezerrinhos que é uma poupança. Chega no final de tudo a gente pode vender*”.

Desse modo, o dinheiro adquirido com a venda do bezerro torna-se uma reserva de poupança para os momentos de dificuldades. Esse “extra” serve também para comprar

instrumentos de trabalho, pois, como afirma o Sr. W.: “*Tudo é investimento no sítio, não tem jeito. Pra pode a gente não sair pra fora, então tudo é investimento*”.

Nessa perspectiva, entendemos que a diversificação da produção - seja no *roçado*, no quintal com as frutas, seja na criação de animais – é de suma importância no processo de existência e resistência do campesinato. Ela é uma prática de defesa do campesinato, responsável pela reprodução de sua família, tanto por meio direto do consumo, quanto pela venda da produção. Compreendemos que todas essas atividades compõem a produção dos camponeses assentados. Ao analisar a diversificação na produção camponesa, Paulino (2006, p. 112) explicitou que:

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção.

Portanto, entendemos que, para o camponês, a terra tem um significado diferente da que tem para o latifundiário-capitalista. O camponês retira dela o alimento essencial para sua família e o excedente da produção contribui para aumentar sua renda, assim, ele vê a terra como parte de seu sustento, como meio de reprodução social. Ao analisar as sociedades camponesas, Wolf (1970, p. 28) pontuou que a unidade de produção camponesa não é somente o lugar do trabalho, “ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar”.

Baseados em Wolf (1970), Almeida (2007), Woortmann (1990), e principalmente nas falas dos assentados, entendemos que a terra é o lugar da produção e do consumo, por isso, a posse dela, para o camponês, é condição basilar para sua reprodução, enquanto classe social.

O relativo controle do tempo/espço no trabalho camponês

A conquista da terra possibilitou, segundo os assentados entrevistados, certa autonomia, não experimentada pelos trabalhadores assalariados do campo e da cidade. Essa autonomia reside no fato dos camponeses serem, ao mesmo tempo, proprietários da terra e trabalhadores. Em consequência dessa duplicidade, o camponês conquistou certo

controle do seu tempo e espaço de trabalho. Para Bombardi (2004, p. 200), “[...] Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço”. Partilhando dessa concepção, Fabrini (2008, p. 260) explanou que:

As relações camponesas são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

Mesmo os camponeses estando subordinados ao mercado, por meio da circulação de sua produção, eles têm controle sobre o processo produtivo, ou seja, eles controlam o seu próprio trabalho. Esse controle no processo produtivo pode ser observado na fala do Sr. José:

Ser escravo do relógio é coisa difícil. Aqui não, a gente levanta de acordo com a necessidade. Agora que eu tô na colheita da banana tem que levantar mais cedo um pouco, tira um pouquinho de leite, depois vai fazer a colheita. Colhe, embala, aí só na outra semana. Aqui é mais sossegado. Aqui é uma liberdade total, às vezes trabalha a morte, se for um plantio ou uma colheita, tem que acabar né? Então você trabalha a morte, acabou de colher acabou. É livre de tudo. A gente trabalha de acordo com a necessidade. (Sr. J., Assentado, jan. 2014).

No sítio, o camponês, com sua situação dúplice (proprietário da terra e trabalhador), não tem que cumprir um horário determinado, isso porque, é ele mesmo, junto com a sua família, que faz seu próprio horário, que não é regido sobre as lógicas capitalistas e nem controlado pelo tempo do relógio “*Ser escravo do relógio é coisa difícil*”. Nesse particular, embora a “[...] produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo.” (FABRINI, 2008, p. 261).

A lógica do campesinato baseia-se na reprodução social da família, isto é, visa, por meio do trabalho na terra, suprir as necessidades da família; por isso, sua produção é para o autoconsumo, assim como para a venda. Segundo Fabrini (2008, p. 261), o “ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são

os camponeses os produtores diretos dos meios de vida”. A negação do relógio, instrumento de controle do trabalho e do tempo, foi recorrente em muitas falas, a exemplo da fala do Sr. J.:

Hoje levo o relógio ali pra tirar o leite, pra modo do sol não sai, se o sol sai não dá pra tirar o leite. [...] Trabalha até 10 horas, esquentou de mais, para. Mais tarde vai fazer outro servicinho, almoça. Não tem ninguém pra tá te cobrando. A tarde vamos acaba de fazer, carpi, passar um veneno, quando o sol tiver fresquinho. (Assentado, jan. 2014).

Ao analisar a fala do Sr. Jorge, percebemos a relação do camponês com o tempo de trabalho, diferente daquela do assalariado. A autonomia pode ser facilmente entendida no processo de trabalho, pois quando o sol está mais quente, os camponeses vão para casa almoçar e só retornam ao trabalho “*quando o sol tiver fresquinho.*”. Essa situação só é vivenciada pelo camponês porque ele tem o controle do seu tempo, do seu trabalho.

Para Oliveira (1996), a jornada de trabalho constitui elemento importante na produção do campesinato, sendo carregada de particularidades, o que a diferencia da produção capitalista. Nessa perspectiva, na jornada de trabalho do camponês, não “[...] há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. [...]”. (OLIVEIRA, 1996, p.64).

De acordo com Woortmann (1990, p. 43), a “liberdade do *sitiante*, do agricultor [...] – sempre um pai de família, ou mesmo um patriarca [...] – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. [...]”. Todavia, esse controle do processo produtivo deriva do acesso à terra.

Alguns assentados, ao expressar uma sensação de liberdade, muitas vezes comparam essa condição atual do trabalho livre, com o período em que trabalhavam como boias-frias, meeiros, assalariados, entre outros. A fala do Sr. C. compara o trabalho livre no sítio com o trabalho alienado na cidade. É notória, na fala, a negação do camponês em relação a rigidez do horário do trabalho assalariado e a satisfação em não ter mais patrão:

Na cidade por exemplo, você tem cartão pra bater, 7 horas você tinha que ta no pé do relógio. Se chega um minuto atrasado o encarregado ja te chama a atenção. Pico o cartão ali, ai tem que trabalhar, tem os horários certo. É uma preocupação a mais, o funcionário ta sabendo que no outro dia ele que manter o mesmo horário. Eu, por exemplo, se quiser dormir até 5:30hs eu posso dormir, eu sou meu patrão. Lá não [risos]. Tem mais liberdade com certeza. (Sr. C., Assentado, fev. 2014).

A autonomia do camponês relaciona-se ao fato de ele decidir o que plantar, quais técnicas utilizar, e de ter conhecimento de qual será o produto do seu trabalho. Dessa forma ele pode controlar o ritmo de trabalho, seu e de sua família. Por essa possibilidade, entendemos que o camponês tem o controle do tempo e do espaço. Contudo, essa autonomia não elimina as dificuldades encontradas no processo contínuo de luta para permanecer na condição de camponês, pois, mesmo os camponeses tendo certa autonomia no processo produtivo, a reprodução social de sua família depende da luta e de sua resistência.

Solidariedade no assentamento

O Assentamento Primavera II é composto, em sua maior parte, por trabalhadores dos bairros rurais Primeira, Segunda e Terceira Alianças e, também, do município de Guaraçai (SP). Em consequência disso, o assentamento é formado por grupos familiares que já tinham relações sociais pré-existentes, porque muitos são parentes e/ou já se conheciam. Essa peculiaridade aprofundou a solidariedade entre os trabalhadores, criando uma identidade de luta já no período do acampamento, e que se desenvolveu ainda mais no processo de luta para permanecer na terra. Notamos que a solidariedade se efetiva mais entre os vizinhos que, muitas vezes, fazem parte da mesma família.

Para Fabrini (2008, p. 264), essa relação de vizinhança entre os assentados, elucida a dimensão local do modo de vida camponês, permitindo “uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo”.

Segundo Almeida (2007, p. 11), “[...] é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade [...]”. Essa relação de solidariedade entre os vizinhos, por meio da comida, pode ser apreendida na fala do Sr. C., ao comparar a vida, na cidade e no campo.

Isso aqui pra nós representa tudo. Daqui você tira o sustento de tudo, você come se pode planta. Na cidade não, se o você quer comer um coisa, se não tiver dinheiro pra comprar você não come. Aqui não, você come uma coisa você tem a terra, você planta ela, colhe e come, da pros vizinhos. (Sr. C., Assentado, fev. 2014).

A solidariedade desenvolvida na construção do território, por meio das relações sociais específicas do campesinato, pode ser apreendida na ajuda mútua desenvolvidas

entre os assentados, revelando-se de várias formas: a troca de serviço, a ajuda com o trator, os mutirões, as trocas de conhecimentos e de experiências sobre como lidar com a terra, a ajuda em relação à falta d'água, entre outras. Para Woortmann (1990), essas relações seguem uma lógica camponesa baseada nos princípios de uma "ordem moral". Portanto, entendemos a solidariedade como resultado de uma identidade coletiva criada na luta pela terra, sendo assim, os camponeses assentados veem no outro um igual.

A troca de serviços é uma prática solidária muito encontrada no Assentamento Primavera II. Essa prática acontece nos períodos de lavouras, quando a quantidade de membros da família é insuficiente para a colheita. Nesse particular, a fala a seguir é enfática: *"Na época da safra nós colhe, levante cedo e chega o porrete. De vez em quando, nós chama o vizinho, dois né, pra poder ajudar. Ai a gente paga a diária pra eles. Conforme um ta mais folgado chama o outro e depois paga a diária pra eles."* (Sr C., assentado, fev. 2014)."

A presença da força de trabalho temporária é facilmente encontrada nos sítios em períodos de colheitas, geralmente essas pessoas são os vizinhos, e o trabalho é pago em dinheiro. Analisando a fala, percebemos que esse trabalho, realizado nos momentos de aperto, é, na visão do camponês: *"[...] pra poder ajudar [...]"* o vizinho. Assim, "a ajuda não pode significar a relação com o *outro*, mas apenas com o *vizinho*, um igual" (WOORTMANN, 1990, p. 29).

Encontramos, em alguns sítios do Assentamento, problemas também, relacionados à falta d'água. Nessa questão, de falta d'água, notamos a solidariedade entre os assentados. Essa solidariedade pode ser observada na fala do Sr. J., quando ele diz:

A roça a gente faz aqui, mil pés de pimenta, mas do que isso não consegue colher mesmo. Mil de jiló, e tem mil pés de banana e vaca tocando aí. Agora que a coisa clareou um pouco, comprei a Tobata, mas o poço secou. Eu tô pegando água do vizinho. Fiz um poço caipira, aguentou 4 anos e agora secou. (Sr., Assentado, jan. 2014).

No início do assentamento, o INCRA construiu um poço artesiano em cada Núcleo para o uso de todas as famílias, porém esses poços foram insuficientes, não atendendo às necessidades dos camponeses. Com o dinheiro do fomento, muitos abriram poço caipira⁸. Com o passar dos anos, alguns assentados com melhores condições financeiras furaram poços semi-artesianos; no entanto, a maior parte dos sítios visitados ainda depende dos poços caipiras para o abastecimento da casa e do roçado.

A situação do Sr. José está sendo vivenciada por grande parte dos camponeses do Assentamento, principalmente aqueles que não tiveram condições de furar os poços artesianos. Segundo eles, os poços estão secando devido à estiagem dos últimos anos, afetando diretamente os dependentes dos poços caipiras.

Diante dessa dificuldade, em relação à falta d'água, há camponeses dividindo a água de seu sítio com os vizinhos. Esse é o caso da Sra. S. (assentada, jan. 2015): *“Hoje meu cunhado está sem o poço, já tem uns três meses né? Nós estamos passando água pra ele. Estamos com o semi, pra ele pra nós e pros gado”*. Essa atitude, mais uma vez, evidencia a solidariedade existente entre os camponeses. Aqueles com poços semi-artesianos dividem sua água com os assentados que não os possuem e cujo poço caipira secou.

A solidariedade é também encontrada na troca de conhecimento entre os assentados. Essa sociabilização do saber pode ser observada na fala do Sr. L., trabalhador urbano sem conhecimento do manejo com a terra, que tem ajuda do vizinho: *“[...] uma pessoa que já é da terra [...]”*.

Esse plantar eu não conheço, não sei a forma que é feito, então o meu amigo [lote vizinho], que é uma pessoa que já é da terra, pega o trator, ele vem aqui tomba pra mim, ele gradeia, explica pra mim como é que planta [...]. Ele se tornou pra mim um consultor. [...] Esse ano [...] ele preparou a terra pra mim, me ensinou como que faz. O quiabo ele falou que não seria bom plantar numa máquina porque é pouco, não compensa entrar com trator pra plantar 12 ruas de quiabo. Ensinou como que mexe com matraca, o milho ele veio plantou com o trator, a batata mostrou como que faz, a mandioca. Tudo isso. Hoje a gente sabe mexe com bastante coisa, mas porquê? Através de uma pessoa. (Sr. L., jan. 2015).

A troca de conhecimentos entre os assentados cumpre, muitas vezes, o papel da assistência técnica que deveria ser do INCRA, e tem contribuído para a permanência do homem na terra. A fala também destaca o processo de recriação camponesa mediante a luta pela terra, isso porque, o Sr. L. era um trabalhador urbano que, devido à Reforma Agrária, experimenta a condição de camponês.

As relações pré-existentes no assentamento, além de fortalecer os laços de solidariedade, elemento importante no modo de vida camponês, possibilitou a formação de parcerias entre alguns assentados. Convém esclarecer que essa parceria tem como

função suprir a ausência de força de trabalho dentro do sítio, pois, em muitos casos, os membros da família são insuficientes para o trabalho:

Nós trabalha em parceria aqui dentro. Tem vez que a gente toca roça lá no lote dele, tem vez que nós toca aqui. Ele me ajuda e eu ajudo ele. É uma situação difícil, ou você agrega alguém pra trabalha, ou você tem que trabalha sozinho. (Sr. J. M., Assentado, fev. 2014).

Assim, a parceria é a maneira encontrada pelos assentados para equilibrar o trabalho com a produção. No caso do Sr. J. M., essa parceria é feita com o vizinho. Encontramos também parcerias entre assentados de núcleos diferentes. Essa prática é uma estratégia do camponês para evitar o assalariamento nos períodos de colheitas.

Compreendemos essas formas de solidariedade, apreendidas no trabalho de campo, como fundamentais para a reprodução social do campesinato, compondo o modo de vida camponês, esse que, por sua vez, está firmado na economia familiar.

Considerações finais

Ao analisar as práticas de resistência no Assentamento Primavera II, compreendemos que os principais objetivos dos camponeses concentram-se na reprodução de seu modo de vida, por isso, resistem, adaptam-se, são conservadores e revolucionários ao mesmo tempo.

A luta pela permanência na terra resulta da dificuldade encontrada pelos camponeses no processo de construção do território. Diante dessas dificuldades, são desenvolvidas, no sítio camponês, práticas de resistência que permitem a eles a permanência na terra, isto é, possibilitam a reprodução social, em consonância com sua territorialização. Destacamos o modo de vida camponês como a principal forma de resistência e, a partir desse modo de vida alicerçado no trabalho, terra e família, emergem outras práticas, como: a produção camponesa, baseada na diversidade; a autonomia, derivada do relativo controle do tempo e espaço, e as solidariedades entre os assentados.

As práticas apreendidas no processo de construção do território evidenciam, também, a resistência do campesinato à expropriação e sujeição da renda da terra pelo capital. Dessa forma, a luta e a resistência tem garantido a permanência do camponês no chão do assentamento, assim como a sua reprodução social, no capitalismo. Analisar a luta e a resistência camponesa é importante para enfatizar a importância da produção

camponesa para, principalmente, compreender seu modo de vida, baseado na tríade *terra-trabalho-família*.

Notas

¹ O trabalho de campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e, janeiro de 2015.

² A utilização das fontes orais pauta-se nas análises de Almeida (2006) e Portelli (1997).

³ Fabrini (2008) em seu artigo enfatiza a existência de outras formas de resistência camponesa na terra conquistada. No entanto, ele dá relevo aos movimentos sociais no processo de luta pela terra. Segundo o autor, os movimentos sociais são paradigmáticos nas lutas, são as mais eficientes resistências camponesas.

⁴ A questão do balanço trabalho-consumo, é analisada, por Paulino; Almeida (2010), a partir da obra: CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

⁵ “Chayanov (1974), no processo de discussão da natureza do campesinato russo, identifica e procura entender a diferenciação camponesa. Isso se deve, em parte às críticas recebidas, fruto da disseminação das ideias de Lênin sobre a diferenciação social do campesinato e de seu conseqüente desaparecimento”. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

⁶ Oliveira (1994) analisa esses elementos por meio do livro **Colonos do Vinho** de Tavares dos Santos.

⁷ Importante registrar, por meio do trabalho de campo, o uso de venenos, pelos assentados; entretanto, temos que salientar a baixa frequência dessa prática, se comparada com o agronegócio. Inúmeras vezes, o uso de veneno é a saída para não perder a produção. É inegável, contudo, a preocupação dos assentados em relação a essa prática predatória.

⁸ O Poço Caipira é perfurado manualmente, e muito encontrado nos sítios camponeses. Esses tipos de poços, também conhecido como Cacimba, fazem captação de água superficial do lençol freático.

Referências

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O Sentido da Terra Camponesa: Práticas de Distinção. In: **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” Campesinato em Movimento**. Londrina, 2007.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (doutorado) – FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP. 2002

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **XII Coloquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. A natureza da economia camponesa: divergências e convergências. In: **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Klass. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, nº 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Recebido em 05/02/2016.

Aceito para publicação em 03/01/2017.